

PAULO CESAR CONRADO  
JULIANA FURTADO COSTA ARAUJO

---

Coordenadores

O NOVO

**CPC**

**E SEU IMPACTO NO  
DIREITO TRIBUTÁRIO**

PAULO CESAR CONRADO  
RODRIGO GIACOMELI NUNES MASSUD  
DANILO MONTEIRO DE CASTRO  
LUIS CLAUDIO FERREIRA CANTANHEDE  
CAMILA VERGUEIRO CATUNDA  
JULIANA FURTADO COSTA ARAUJO  
MARIA RITA FERRAGUT  
ÍRIS VÂNIA SANTOS ROSA  
RODRIGO DALLA PRIA  
DIEGO DINIZ RIBEIRO

---

Autores



# O NOVO CPC E SEU IMPACTO NO DIREITO TRIBUTÁRIO

*Coordenadores:*

PAULO CESAR CONRADO  
JULIANA FURTADO COSTA ARAÚJO



© desta edição [2015]

**FISCO**SOFT EDITORA LTDA.

Av. Doutor Cardoso de Melo, 1855  
Vila Olímpia – CEP: 04548-005  
São Paulo – SP  
Fone/Fax: (11) 2159-0500  
CNPJ: 02.927.636/0001-09

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfílmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos, videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial, bem como a inclusão de qualquer parte desta obra em qualquer sistema de processamento de dados. Essas proibições aplicam-se também às características gráficas da obra e à sua editoração. A violação dos direitos autorais é punível como crime (art. 184 e parágrafos, do Código Penal), com pena de prisão e multa, conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei 9.610, de 19.02.1998, Lei dos Direitos Autorais).

Impresso no Brasil [10-2015]

Profissional

Fechamento desta edição [28.09.2015]



ISBN 978-85-5542-047-4

2049211

## SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	9
INCIDENTE DE DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA E OS GRUPOS ECONÔMICOS	
<i>Maria Rita Ferragut</i> .....	13
O REDIRECIONAMENTO DA EXECUÇÃO FISCAL EM VIRTUDE DO ENCERRAMENTO IRREGULAR DA SOCIEDADE EXECUTADA E O INCIDENTE DE DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA	
<i>Luís Claudio Ferreira Cantanhede</i> .....	43
O INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS: UMA BUSCA PELA COMMON LAW OU MAIS UM INSTITUTO PARA A CODIFICAÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS?	
<i>Diego Diniz Ribeiro</i> .....	70
O PRECEDENTE NO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL E SUAS IMPLICAÇÕES TRIBUTÁRIAS	
<i>Juliana Furtado Costa Araujo</i> .....	101
EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE EM MATÉRIA TRIBUTÁRIA: DO SINCRETISMO PROCESSUAL AO DEVER DE COOPERAÇÃO (ART. 6.º DO CPC/2015), PASSANDO PELA “NOVA” DEFINIÇÃO DE COISA JULGADA	
<i>Paulo Cesar Conrado</i> .....	127
COISA JULGADA, RESCISÓRIA, SÚMULA STF 343 E PARECER PGFN 492/2011 IMPACTOS COM O CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015	
<i>Rodrigo G. N. Massud</i> .....	137
DINHEIRO, SEGURO GARANTIA JUDICIAL E FIANÇA BANCÁRIA, EXECUÇÃO FISCAL E O NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL	
<i>Íris Vânia Santos Rosa</i> .....	176

A TUTELA PROVISÓRIA, O CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015 E O PROCESSO TRIBUTÁRIO	
<i>Camila Vergueiro Catunda</i> .....	195
A RESPONSABILIDADE OBJETIVA ANTE OS PREJUÍZOS CAUSADOS PELA CONCESSÃO DE TUTELAS DE URGÊNCIA: ANÁLISE DO DISPOSTO NO ART. 302 DO CPC/2015 PERANTE AS PECULIARIDADES DO DIREITO TRIBUTÁRIO	
<i>Danilo Monteiro de Castro</i> .....	219
APLICAÇÃO DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL AO PROCESSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO	
<i>Paulo Cesar Conrado e Rodrigo Dalla Pria</i> .....	249